



ANEXO IX

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** E A EMPRESA _____.

Contrato nº ____/2017, referente à Ata de Registro de Preços nº ____/2017.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, brasileiro, casado, RG nº 23.157.523-3, CPF/MF nº 260.016.228-33, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL, quando for o caso) _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DIVERSOS DESTINADOS À ATENDER TODA A SECRETARIA DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do edital do Pregão Presencial nº ____/2017 e disciplina da Ata de Registro de Preços nº ____/2017.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - Dá-se ao presente Contrato referente à Ata de Registro de Preços nº ____/2017, o valor total estimado para 12 (doze) meses de R\$ _____ (_____).

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da **CONTRATADA** até a aceitação final por parte da **CONTRATANTE**.

2.4 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou



ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de planilha analítica dos custos, comprovando que a equação inicial manteve inalterada, ocorrendo apenas a mudança de preço, instruindo-a com todas as provas pertinentes, juntamente para que seu pedido seja aceito e apreciado (Art. 37, inciso XXI da CF c.c. Arts. 15, parágrafo 3º, inciso II, e art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/1993).

Cláusula 3ª - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A prestação dos serviços, constante da (OS)-Ordem de Serviço será conforme a Cláusula XVIII do Edital de Pregão Presencial nº 69/2.017, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Saúde, **respeitando as condições estabelecidas nos Anexos e Edital;**

3.1.1 - as demais colocadas somente poderão fornecer o objeto à CONTRATANTE, quando tiver esgotado a capacidade do fornecimento da primeira registrada, ou no caso desta não honrar a contratação dentro das especificações nos Anexos I e II (TERMO DE REFERÊNCIA) do Edital do Pregão e fornecer ao preço da primeira colocada, respeitando-se a ordem de classificação.

3.1.2 - O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada ou detentora protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 4ª – DA GESTÃO

4.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores os Srs(as). Edna Maria da Silva Moreira , CPF nº 923.241.268-34 , Sandra Angelina Mari Lourenço Machado, CPF nº 085.037.748-01, e Renata Nascimento de Medeiros Serra, CPF nº 200.546.858-42, lotados na **Secretaria Municipal de Saúde**, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços do objeto contratual.

Cláusula 5ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

5.1 - A **CONTRATADA** fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

5.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à **CONTRATADA**, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

5.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.



Cláusula 6ª - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a cada entrega do objeto solicitados, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com a Ordem De Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.1.1 - Os dados bancários informados nas Notas Fiscais, deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da licitante vencedora.

6.1.2 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

6.1.3 - Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

6.1.4 - A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades “ordem de pagamento bancária”, devendo a detentora da Ata indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

6.1.5 – Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos a proponente vencedora, que obrigará-se a substituí-los na forma exigida.

6.1.6 - A cada recebimento de valor, a futura contratada deverá fornecer ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, provas de regularidade com a Seguridade Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Justiça do Trabalho.

6.1.7 – No caso de Detentora em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

6.1.8 – No caso de Detentora em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo com as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

6.1.9 – A não apresentação das comprovações de que tratam os subitens nº 6.1.7 e 6.1.8 asseguram ao Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e / ou pagamentos seguintes.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta da dotação:

nº 02.10.01 – 10.302.0043.2.107/3.3.90.39.00 – Ficha 463 – Secretaria Municipal de

Saúde.

Cláusula 9ª - DAS PENALIDADES E MULTA



9.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

10.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

10.1.2 - lentidão no fornecimento, levando a Administração a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

10.1.3 - paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

10.1.4 - subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da **CONTRATADA** a terceiros;

10.1.5 - decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;

10.1.6 - ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

10.1.7 - alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.8 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

10.2 - No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

10.3 - No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 11ª – DA EXECUÇÃO E OBRIGAÇÃO DA DETENTORA

11.1 - A licitante vencedora deverá proceder à prestação do objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, que deverão, todavia, observar as determinações específicas contidas nos **Anexos I e II**, mediante Autorização de Fornecimento por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de Birigui.



11.2 - O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação resumida na Imprensa Oficial.

11.3 – O Cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no artigo 12 do Decreto Municipal nº 3.673 , de 06 de janeiro de 2.004.

Cláusula 12ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 – A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização, assegurado o direito de exigir o cumprimento integral das quantidades, conforme Anexo I e II (Termo de Referência), acordadas neste Edital e também das normas técnicas de execução.

12.2 - O Gerenciamento dos atendimentos e das verificações ficará a cargo da Secretaria Requisitante, através dos responsáveis indicados pela mesma.

Cláusula 13ª - DO COMPROMISSO DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Serão considerados como direitos da Administração, futura Detentora da Ata de Registro de Preços, no compromisso de execução, além de outros estabelecidos na legislação em vigor:

a) o direito de exigir equipamentos que realizem os procedimentos dos exames laboratoriais dentro das condições estipuladas no Edital, seus anexos e na Ata de Registro de Preços;

b) o direito de rescindir os respectivos compromissos de execução sempre que o preço registrado for superior ao praticado no mercado.

13.2 - Serão considerados como direitos e deveres da Detentora da Ata de Registro de Preços, além de outros estabelecidos na legislação em vigor:

a) o direito de executar o objeto dos respectivos compromissos, desde que não obtenha a Administração, por meio de procedimento licitatório específico melhores condições de preço;

b) o direito de receber no prazo devido o pagamento pelo objeto regularmente prestado, no valor constante da Ordem de Serviço, em conformidade com a Ata de Registro de Preços;

c) o direito de solicitar a rescisão nos casos em que houver atraso no pagamento da prestação já realizada, respeitado o disposto no artigo 78, XV, da Lei Federal nº 8.666/93;

d) o direito de solicitar a rescisão nos casos em que, **comprovadamente**, demonstrar a impossibilidade de cumprir com o pactuado por razões alheias à sua vontade;

e) o direito de requerer a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, conforme a “Cláusula XXI”.

13.3 - A futura Detentora da Ata de Registro de Preços não será ressarcida por quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na sua proposta, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.



13.4 - Correrão exclusivamente por conta da futura Detentora da Ata de Registro de Preços, quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

Cláusula 14ª - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO OBJETO PELA DETENTORA

14.1 – A Detentora/Contratada deverá, em cumprimento ao descritivo no Anexo Termo de Referência, iniciar a execução dos serviços no recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, que será encaminhada pela Secretaria de Saúde, devendo para tanto respeitar as seguintes condições:

14.1.1 - A Detentora/Contratada deverá ter quantidade de funcionários suficientes, tanto da área técnica como administrativa pra recepção dos pacientes e digitação dos exames, e obedecendo ao fluxo dos procedimentos para atender a capacidade de execução dos exames solicitados;

14.1.2 – Os profissionais médicos deverão ter a formação de médicos concernentes à área de que são responsáveis pelos exames executados;

14.1.3 – A Detentora/Contratada deverá ter o horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 07h às 18h, e de sábado das 07h às 12h, com exceção àqueles casos de urgência;

14.1.4 – A Detentora/Contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para a execução dos exames;

14.1.5 – A Detentora/Contratada responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venham a causar a terceiros, por culpa, negligência ou imperícia;

14.1.6 – A Detentora/Contratada deverá solucionar eventuais problemas que surgirem no curso do contrato que disser respeito aos equipamentos de procedimento para análise dos exames, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para não comprometer o andamento dos serviços;

14.1.7 – A Detentora/Contratada deverá substituir os equipamentos e aparelhos mencionados no item anterior, que vierem a apresentar defeito ou quebrar de imediato;

14.1.8 – Os exames serão agendados e quando houver alguma urgência dentro do horário de atendimento estabelecido, a empresa deverá atender;

14.1.9 – Correrá por conta da Detentora/Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo responsável por toda e qualquer vinculação com profissionais contratados;

14.1.10 – A Detentora/Contratada deverá encaminhar mensalmente à Secretaria de Saúde, o relatório e as solicitações originais dos exames executados;

14.1.11 – A Detentora/Contratada não transferirá a outrem no todo ou em parte, serviços objeto do futuro contrato, sem autorização expressa da Prefeitura Municipal;



14.1.12 – A Detentora/Contratada deverá apresentar os resultados dos exames dentro de 03 (três) dias, rotineiramente. E nos casos de urgência de qualquer unidade de saúde apresentar os resultados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

14.1.13 – A Detentora/Contratada deverá fornecer um sistema integrado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas diariamente, onde possa conectá-lo via web, para visualização e impressão de exames por servidores/profissionais diretamente autorizados por esta Secretaria de Saúde.

OBS: A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Saúde e para a realização do mesmo, ficará assegurado o direito de exigir o cumprimento integral do Plano de Trabalho e também das normas técnicas de execução dos serviços.

Cláusula 15ª - DIVERSOS

15.1 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 – A validade do objeto ofertado do Anexo I, salvo especificação diversa nele constante, deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da entrega do mesmo. Conforme a prevista no Código de Defesa do Consumidor, devendo ser da própria licitante, não admitindo-se a garantia repassada por terceiros estranhos ao certame..

15.3 – A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

15.4 - A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula 16ª - DA VIGÊNCIA

16.1 – Este contrato vigorará entre sua publicação oficial resumida e a expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços respectivos.

Cláusula 17ª - DO AMPARO LEGAL

17.1 - O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atua-



lizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº xxx/2.017, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 18ª - DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

18.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

18.3 - Prefeitura de Birigui, aos ____ de _____ de dois mil e dezessete

CRISTIANO SALMEIRÃO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA E DETENTORA DA ATA

GILMAR TRECCO CAVACA
SECRETÁRIO DE SAÚDE

= T E S T E M U N H A S =

1- _____
NOME:
RG:

e

2- _____
NOME:
RG: